

A construção do ponto de vista por meio das relações dialógicas da linguagem: o discurso do outro como recurso argumentativo em produções textuais de vestibulandos

The construction of point of view through the dialogical relationships of language: the other's discourse as an argumentative resource in textual productions of Enem applicants

Raul Guilherme Candido da Silva¹

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar como as formas de utilização do discurso do outro – seja ele reportado de forma direta ou indireta (VOLÓCHINOV, [1929] 2017) – servem para tecer a construção do ponto de vista (RABATEL, 2013; 2016) no discurso argumentativo. Para tanto, escolhemos como corpus de investigação duas redações dissertativo-argumentativas que foram produzidas por vestibulandos candidatos à prova do Enem em 2019. Com a análise dos textos, percebemos que os estudantes não abrem mão de trazer a voz do outro para dar respaldo aos argumentos de seus textos. No entanto, eles apresentam graus diferentes de domínio de utilização desse recurso, que, às vezes, é utilizado de forma desconecta de todo o restante do texto; e, em outros momentos, corroboram à construção textual-discursiva da redação.

Palavras-chave: *Construção textual-discursiva. Discurso argumentativo. Voz do outro*

Abstract

This paper aims to analyze how the forms of using someone else's discourse – either directly or indirectly reported (VOLÓCHINOV, [1929] 2017) – serve to establish the construction of point-of-view (RABATEL, 2013; 2016) in the argumentative discourse. For this purpose, we chose as the corpus of this research two argumentative and dissertation essays written by candidate students to Enem test in 2019. Through the analysis of the texts, we could see that the students do not hesitate to bring someone else's voice to support their arguments in their texts. However, they present different levels of mastery of the use of such resource, which, sometimes, is utilized in a disconnected way when compared to the rest of the text; and, in other moments, corroborate the textual-discursive construction of the essay.

Keywords: *Textual-discursive construction. Argumentative discourse. Someone else's voice*

Recebido em: 19/04/2020.

Aceito em: 11/11/2020.

¹ Mestrando em Letras (Bolsista Capes) e Graduando em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Graduado em Letras-Português pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Introdução

Desde que foi inserida aos exames de vestibular na década de setenta, a dissertação argumentativa é fulcro de um debate que ainda não se esgotou nos estudos da linguagem, principalmente quando se fala de ensino e aprendizagem da escrita no contexto da educação básica brasileira. Na atual conjuntura, a redação tem tanto destaque no âmbito educacional que passou a ser uma disciplina desvinculada das aulas de Língua Portuguesa em escolas e em cursinhos, ganhando *status* e peso de uma competência inteira na prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)².

Por todo esse destaque, muitos docentes e discentes veem a necessidade de ensinar e de dominar alguns recursos utilizados para a construção da argumentação nesses textos. Dentre esses recursos, destacamos a atualização do discurso alheio, que chega parecer algo intrínseco à estrutura composicional do gênero redação do Enem, tendo em vista que – embora já firmada e reconhecida como um gênero discursivo, como nos mostram Prado e Morato (2016) e Oliveira (2016), e mesmo que tenhamos o entendimento que os gêneros discursivos têm estruturas relativamente estáveis, não fixas (BAKHTIN, [1952] 2016) – alunos e professores, cada vez mais, vêm se filiando fortemente à ideia de obrigatoriedade de uso do discurso alheio em redações.

Desse modo, essa falsa necessidade faz com que, em alguns casos, estudantes mobilizem vozes desconectas às estruturas de seus textos, que em nada acrescentam ao seu sentido. Isso tudo graças à ideia de que qualquer voz reportada vai caber em todo e em qualquer lugar, sem levar em conta fatores como a temática do escrito, a conexão contextual entre o discurso reportado a construção argumentativa e de sentido, propósitos comunicativos do gênero, etc.

Talvez, pelo conhecimento do consenso dessa prática, algumas pesquisas, como as de Lima (2017) e Polachini (2014), já se debruçaram sobre tal questão de mescla de vozes para a construção de sentido de textos dissertativo-argumentativos. Para essas autoras, o escrevente, quando utiliza o(s) discurso(s) de outrem, tende a posicionar-se contrário e/ou favorável, polemizar, etc., a palavra transmitida (LIMA, 2017), além de apreender e orientar a palavra alheia, (re)posicionando-a valorativamente (POLACHINI, 2014).

No entanto, para além de um exercício de análise que se restrinja a reafirmar o que as autoras citadas acima veem dizendo, este artigo tem como objetivo analisar como vestibulandos vêm engendrando o discurso alheio em suas redações com intuito de firmar seus pontos de vista. Sendo assim, buscamos fazer uma associação teórica entre tais questões discursivas, com base nos estudos de Valentin Volóchinov ([1929] 2017), e a teoria do ponto de vista – devorante PDV – postulada pelos estudos de Alain Rabatel (2013; 2016).

Então, para melhor compreensão do que aqui propomos, este trabalho foi dividido da seguinte forma: as duas primeiras seções foram destinadas aos nossos pilares teóricos: o estudo do discurso alheio e a teoria do ponto de vista. Ademais, buscamos apresentar algumas questões de ordem metodológica e, em seguida, fazer nossas análises. E, por conseguinte, chegamos às conclusões desta pesquisa.

² No Enem, todas as disciplinas são alocadas a áreas do saber. Entretanto, ainda que a prova de redação seja pertencente à prova de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, ela recebe uma pontuação à parte dessa área.

O papel do discurso alheio na construção dialógica da linguagem

Embora, como dito há pouco, o discurso alheio tenha se tornado um recurso quase que indispensável para a construção do gênero redação do Enem, é válido mencionar que o interesse em torno da utilização desse recurso para a composição textual não surgiu nos estudos dos gêneros argumentativos, muito menos com a chegada da dissertação nas provas de vestibular. Essa questão, em maior ou menor grau, sempre esteve presente nas discussões das obras bakhtinianas – por exemplo, nos estudos do autor sobre o romance literário – e em obras de seu círculo, como pode ser vista no livro *Marxismo e Filosofia da Linguagem* – devorante MFL.

Em MFL, indagações como a exposição e a apropriação do discurso alheio, o discurso direto e o discurso indireto já vinham sendo veementemente suscitadas, tais como: “Como o enunciado alheio é transformado na consciência do ouvinte? E como o discurso posterior do próprio ouvinte é orientado em relação ao discurso alheio?” (VOLÓCHINOV, [1929] 2017, p. 252). Isso porque, através delas, já eram percebidas, por exemplo, como as relações ideológicas e sociais eram construídas e marcadas por meio desse recurso no intercâmbio dialógico da linguagem, como pode ser visto na seguinte passagem:

[...] o verdadeiro objeto de estudo deve ser justamente a inter-relação dinâmica entre essas duas grandezas: o discurso transmitido (“alheio”) e discurso transmissor (“autoral”). Pois, na realidade, eles existem, vivem e se formam somente nessa inter-relação e não isoladamente, cada um por si. O discurso alheio e o contexto transmissor são apenas termos de uma inter-relação dinâmica. Essa dinâmica, por sua vez, reflete a orientação social mútua entre as pessoas na comunicação verboideológica (é claro, dentro das tendências essenciais e estáveis dessa comunicação) (VOLÓCHINOV, [1929] 2017, p. 255, grifos do autor).

No caso da redação do Enem, essas relações ideológicas podem ser explicitadas pela orientação discursivo-argumentativa que o texto segue. Nesse sentido, como o poder persuasivo do locutor (escritor) está em jogo, ele busca utilizar algumas estratégias para convencer seu interlocutor, que é, além de tudo, seu avaliador. Uma das estratégias que o produtor da dissertação tem em mãos para mostrar seu poder argumentativo pode ser feita por meio da utilização do discurso outro, seja ele feito por citação direta, indireta, etc.

Entretanto, mais do que um recurso que mostre o poder argumentativo do autor do texto, o discurso alheio explicita as relações valorativas às quais esse autor se filia, se opõe, questiona – bem como explicita as mesmas relações da imagem que ele cria de seu interlocutor. Dessa forma, em um processo de construção de sentidos da dinâmica textual-discursiva, onde sejam levados em conta, é claro, os aspectos ideológicos, axiológicos, as crenças e os saberes socialmente partilhados, o autor do texto, ao transmitir um discurso reportado, demonstra seus interesses e suas habilidades persuasivas perante seu leitor, porque:

Qualquer transmissão, principalmente se for fixa, possui objetivos específicos: um relato, um registro de uma sessão de júri, uma polêmica científica e assim por diante. Além disso, *a transmissão é voltada para um terceiro, isto é, àquele a quem são transmitidas as palavras alheias. Essa orientação para um terceiro é especialmente importante, pois ela acentua a influência das forças sociais organizadas sobre a percepção do discurso* (VOLÓCHINOV, [1929] 2017, p. 52, grifo nosso).

Sendo assim, mais do que enxergá-lo como mero recurso linguístico ou estilístico, o discurso alheio deve ser considerado como algo mais amplo, tendo em vista que sua utilização é moldada em prol de relações que quebram a fronteira do verbal e se enveredam às questões de posições axiológicas dos sujeitos que se constroem dialogicamente. Nesse sentido, como bem pontua Rodrigues (2010), é importante que levemos em consideração que:

[...] embora cada ser seja uma realidade singular, ele mantém com os outros seres em relações valorativas, as quais dão sentido à sua existência. Isso significa que cada um de nós é feito de alteridade, que nada somos fora das relações com os outros, já que estamos, permanentemente, participando de um diálogo que nunca se finda. Daí porque a nossa consciência, longe de ser individual, é *plurivocal* (RODRIGUES, 2010, p. 22, grifo nosso).

No que diz respeito a essa consciência plurivocal, apostamos que, ao introduzir outras vozes à composição de seu texto, o candidato à prova do Enem, além de marcar sua posição valorativa frente ao contexto sócio-histórico no qual ele e seu interlocutor (o leitor-avaliador) estão inseridos, busca esses discursos alheios com intuito de firmar o seu ponto de vista perante a relação dialógica que ele mantém com o seu leitor. Assim, “vemos o ‘eu’ mediado pela linguagem, compondo um espaço discursivo com outros sujeitos, o que lhe permite [...] assumir posições em discurso que, não sendo por ele fundado, não é tão somente seu” (RODRIGUES, 2010, p. 20, grifo da autora).

O interdiscurso e seu papel dialógico na teoria do ponto de vista

Bem como as questões dialógicas da linguagem, a teoria do ponto de vista surge de um contexto de estudo do âmbito Literatura. Defendidas por Genette (1972 apud CORTEZ, 2011), as primeiras questões suscitadas em torno do PDV buscaram fazer uma investigação que fosse centralizada em detrimento de quem ocupava o foco narrativo em textos do gênero literário. No entanto, com os estudos de Cortez (2011) e Rabatel (2016), a referida teoria passa a ser aplicada aos estudos linguísticos, mais especificamente aos estudos textuais e discursivos.

Desse modo, ampliando algumas questões de ordem teórica, Rabatel (2013; 2016) passa a assumir que a construção do PDV, para além da voz de quem ocupa o foco na narrativa – nesse caso, o locutor/enunciador primeiro (L1/E1) –, pode depender também das vozes de outras instâncias enunciativas que são acionadas para a construção textual-discursiva, como o enunciador segundo (e2), o enunciador dóxico (dizer social), etc.³. Assim, ao mobilizar essas instâncias, o autor do texto tem a chance de reportar (por todas as formas abordados por Volóchinov ([1929] 2017): discurso direto, indireto, etc.) os discursos que lhe convém.

Por esse prisma de utilização do discurso alheio, Rabatel (2013) pontua que a análise do ponto de vista se filia às questões enunciativas da linguagem. Isso porque, se considerarmos que, ao tecer seu PDV, o autor de um texto deve levar em conta, por exemplo, suas escolhas lexicais, de mobilização de instâncias enunciativas, ele depende de

³ Em sua tese, por uma necessidade de ordem analítico-metodológica, Cortez (2011) elenca mais uma instância enunciativa: o enunciador especialista (o que pode argumentar com autoridade). Em seu *corpus*, a autora trabalhou com matérias jornalísticas, ou seja, com textos argumentativos que têm a necessidade de trazer instâncias especialistas para respaldar seus argumentos. No caso desta pesquisa, a mesma instância será elencada.

todo o entorno contextual que ditará as regras de interação que ele e seu interlocutor vão seguir, além de levar em conta suas próprias intenções diante de seu interlocutor. Dessa maneira, tais escolhas refletem aos moldes da interação dialógica “[...] na medida em que constroem no discurso efeitos pragmáticos que exercem uma influência notável na interpretação dos enunciados pelo destinatário real ou adicional e, portanto, sobre o leitor” (RABATEL, 2013, p. 71).

Nesse sentido, trazemos à tona outra questão dos estudos bakhtinianos que pode ser associada à teoria rabateliana do ponto de vista: a de autor e autoria. De acordo com as interpretações de Faraco (2005), Bakhtin, em seus estudos, distingue autor-pessoa de autor-criador. Sendo assim, no contexto de produção literária, o primeiro é considerado como o artista, pessoa, e o segundo, como quem constrói a função estético-formal de uma obra. Por seu papel estético, o autor-criador elabora uma atmosfera axiológica com crenças e pressupostos socialmente partilhados, para assumir posições valorativas frente a outras posições.

À vista disso, mesmo que a redação do Enem não seja um gênero discursivo do âmbito literário, cremos que podemos associar seu autor ao autor-criador da teoria bakhtiniana por dois motivos. Em primeiro plano, se considerarmos que as correções das redações são feitas às cegas e que seus escritores não devem se respaldar apenas por seu dizer individual (de achismo), descartamos a possibilidade de o autor pessoa (alguém fisicamente apontável) ser levado em conta por seu corretor.

Por esse viés, e em segundo lugar, consideramos que o autor da redação, ao mobilizar instâncias enunciativas e, conseqüentemente, suas vozes, utiliza o discurso alheio (e socialmente partilhado) como recurso argumentativo para construir, simultaneamente, seu ponto de vista e seu texto num entrelaçamento plurivocal. Dessa forma, ele pode ser visto como autor-criador por tecer, frente à sua posição valorativa e de forma arquitetada e estética, arranjos argumentativos que se baseiam em crenças e pressuposições socialmente partilhadas no mundo em que ele e seu interlocutor se constroem dialogicamente.

Nesse sentido, percebemos que, em um jogo de responsividade discursiva, além de estabelecer relação dialógica entre autor e leitor, o interdiscurso – como recurso argumentativo de construção de ponto de vista – firma diálogos entre o locutor-enunciador primeiro do texto (L1/E1) e as instâncias enunciativas que ele mobiliza. Desse ângulo, como Cortez (2011), consideramos que:

[...] a construção do pdv é uma construção dialógica, na medida em [sic] figuram no discurso outros pdvs com os quais o locutor dialoga e que por sua vez interferem na construção do seu pdv. Essa manifestação pode incidir sobre falas representadas, pensamentos e percepções, indo além dos limites estruturais [sic] do enunciado, de vez que o estudo discursivo do pdv solicita um exame do contexto na relação com o gênero do discurso em que as falas e percepções são representadas. Por essa ótica, mais do que a distinção de vozes, interessa como os pdv se configuram na materialidade textual (CORTEZ, 2011, p. 62).

Então, resumidamente, acreditamos que, na dissertação do Enem, a utilização do discurso do outro se entrelaça à construção do ponto de vista do autor do texto com o intuito de dar sentido ao que ele escreve. Sendo assim, ao utilizar esse recurso para construção e respaldo de seus argumentos, o autor do texto constrói posições valorativas frente ao seu interlocutor à medida que agencia as vozes de instâncias enunciativas que – ora consoantes, ora dissonantes – corroboram à construção do seu PDV e,

consequentemente, com a construção discursiva de sentido do seu texto.

O viés argumentativo do discurso alheio na construção do ponto de vista nas dissertações

Os dois textos que compõem o *corpus* desta pesquisa foram produzidos por dois alunos (A e B) da turma de 2019 do projeto de extensão Interação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)⁴. O Interação é um projeto que, desde 2005, acolhe estudantes que fazem parte e/ou que são egressos da rede pública de ensino do estado de Pernambuco, com intuito de lhes fornecer maiores chances de ingresso ao ensino superior público com aulas preparatórias para a prova do Enem. No citado ano, o público alvo da extensão foi composto por jovens e adultos que tinham de 16 a 45 anos de idade, que moravam em Recife e nos municípios de sua região metropolitana: Abreu e Lima, Camaragibe, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista, entre outros.

Como o curso tem um fim específico, os textos produzidos por esses alunos seguem a configuração esperada para o gênero redação do Enem: um texto dissertativo-argumentativo escrito em prosa, que tenha uma extensão mínima de sete linhas e, máxima de 30, contendo introdução, desenvolvimento e conclusão. Além disso, deveriam seguir os moldes indicados pela matriz de correção da prova: 1) demonstração do domínio da norma culta da língua na modalidade escrita; 2) compreensão à proposta do tema; 3) capacidade de organizar ideias em defesa de um ponto de vista; 4) domínio dos conhecimentos linguísticos necessários para encadeamento da construção argumentativa; 5) apresentação de uma proposta de intervenção à problemática apresentada no tema⁵.

Em relação às competências, abrimos um parêntese para frisarmos que, ainda que todas elas sejam importantes para a construção desse gênero, já que são consideradas por seus locutores (produtores dos textos) e interlocutores (leitores-avaliadores), para o que propomos, gostaríamos de dar destaque à terceira: “selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista” (BRASIL, 2019, p. 6). Enfatizamo-la por considerarmos que é ela quem evidencia a necessidade de marcar, de forma argumentativa, a defesa de um ponto de vista – que pode ser construído, por exemplo, pela utilização do discurso do outro.

No que diz respeito à aula em que os textos analisados foram escritos, a temática abordada foi *Problemas sociais do Brasil: a questão de vida e inclusão social dos moradores de rua*. Como fonte de discussão, para além do que os alunos possivelmente leram por conta própria, dois textos e um vídeo suscitaram o debate. Foram eles: 1) *Pessoas em situação de rua: a complexidade das vidas na rua*, do site Politize!⁶; 2) *Brasil registra mais de 17 mil casos de violência*

⁴ Informamos que, como o *corpus* deste artigo foi colhido para a dissertação de mestrado do autor do trabalho, os textos que aqui serão analisados têm liberação do Comitê de Ética da UFPE, sob o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética de número 13634519.6.0000.5208. Além disso, os textos têm a autorização de seus autores conforme suas assinaturas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

⁵ Como a competência 5 pede a apresentação de uma proposta de intervenção à problemática abordada no tema, alguns agentes sociais são mobilizados em prol de sua construção. Todavia, não consideraremos que suas vozes sejam reportadas como discursos alheios por crermos que, ao acionar a instância na intervenção de seu texto, o autor tem mais interesse em dar prominência à função representativo-social da instância do que à discursiva.

⁶ Disponível em: <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/populacao-situacao-rua.htm>. Acesso em: Setembro de 2019.

contra moradores de rua em 3 anos, do site Globo.com⁷; 3) *Invisíveis: moradores de rua*, do canal do Youtube Invisíveis: o olhar delxs⁸.

Ademais, mesmo que os textos apresentem problemas de ordem cotextual, como desrespeito à ortografia, à concordância verbal e/ou nominal, à pontuação, etc., suas análises serão feitas por um viés discursivo-argumentativo, já que o que aqui nos interessa é analisar como as vozes de instância enunciativas são mobilizadas em prol da construção de um ponto de vista e, por consequência, do sentido textual. Passemos, agora, às análises.

Texto 1:

Desde o período da abolição da escravidão no Brasil as pessoas não tinham oportunidades para empregos, aos poucos construindo casas ao redor da cidade tornando favelas. Trazendo para nossa realidade os moradores de rua são excluídos socialmente, por isso analisaremos o que leva a chegar essa situação e e propomos soluções para um melhora social.

“A sociedade está a caminho de um progresso”, Augusto Comte. Para as pessoas evoluírem precisa de uma inclusão social, o que na nossa realidade não acontece pelo fato de esses indivíduos heterogêneos não terem oportunidades de emprego, o acesso a educação de boa qualidade, ausência de família e são influenciados nas drogas. A cracolândia é a região mais conhecida pelo tráfico de drogas pela pesquisa da vejaabril.com.br.

Essa parte da população é considerada marginalizada. Por muitos não terem acesso as necessidades básicas são tratados pela sociedade com preconceito, indiferença e violência é algo que não está sendo obedecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos que condiz: todos os indivíduos tem o direito a moradia e ao bem estar social.

A partir disso o moradores de rua são excluídos socialmente por não ter necessidades básicas a saúde, educação, são tratados com indiferença. Cabe ao poder Executivo organizar um estilo de vida dessas pessoas para se enquadrar na sua necessidade.

Fonte: texto coletado pelo autor do trabalho durante as aulas do Interação.

Na redação acima, as vozes de três instâncias enunciativas são mobilizadas: a de Augusto Comte, a da revista Veja e a da Declaração Universal dos Direitos Humanos. A voz de Comte é reportada de forma direta – delimitada pelo uso de aspas, enquanto as vozes da Veja e a da Declaração Universal dos Direitos Humanos são usadas de forma indireta. No caso da primeira instância, com o uso das aspas, a autora do texto demarca o espaço entre a sua voz e voz reportada.

Por inferências de leitura, percebemos que, ao utilizar o discurso de Comte, a autora o (re)contextualiza ao que quer argumentar: se “a sociedade está a caminho de um progresso”, é necessário “uma inclusão social” para que “esses indivíduos [sic] heterogêneos [os moradores de rua]” tenham acesso às condições básicas de vida. No entanto, por uma nítida falta de articulação entre a sua voz e a do outro, ainda que suas posições ideológica e argumentativa estejam marcadas, a consistência argumentativa da construção do seu ponto de vista deixa a desejar.

Se considerarmos que Comte, nesse caso enunciador segundo (e2), é uma instância

⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/06/17/brasil-registra-mais-de-17-mil-casos-de-violencia-contra-moradores-de-rua-em-3-anos.ghtml>. Acesso em: set. 2019.

⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Y5-fDL4rXO0&t=12s>. Acesso em: set. 2019.

social e cientificamente conceituada – por seu papel no âmbito filosófico, o argumento que a autora tenta usar é um argumento de autoridade. Todavia, não há articulação suficiente entre sua voz e a do e2 de maneira que elas se entrelacem de forma coerente: não há verbos *dicendi*, não há relação de causa e consequência, comparação, etc.; o único recurso estilístico usado, como dito, são as aspas, mas, mesmo assim, os discursos não se incorporam de forma coerente para a integralidade das vozes, como Volóchinov ([1929] 2017) sugere.

Ademais, com intuito, talvez, de dar continuidade ao seu posicionamento argumentativo, a autora do texto 1 mobiliza mais uma voz, dessa vez de forma indireta: a da revista *Veja*. Com a voz da *Veja*, ela tem o intuito de reportar que “A cracolândia é a região mais conhecida pelo tráfico de drogas [sic]”. Por esse prisma, consideramos que ela continua tecendo seu arranjo argumentativo porque, se não há “uma inclusão social [dos moradores de rua]”, o que inibe que eles tenham as “oportunidades” que foram listadas, eles serão “influenciados [sic] nas drogas”.

Em relação à revista *Veja* – e3 –, a tendência é que o dado reportado por sua voz fosse utilizado como mais um argumento de autoridade (por ser mais um enunciador dado como especialista), uma vez que, por seu reconhecimento nacional no âmbito jornalístico, e3 teria o poder de argumentar com precisão. Porém, na composição textual-discursiva da redação, a *Veja* vira um enunciador dóxico, aquele de dizer social, de senso comum, já que sua voz é usada para sustentar a falácia de que todo morador de rua é usuário de drogas. Dessa forma, a posição ideológica pela qual a autora tenta firmar seu argumento e, conseqüentemente, seu ponto de vista é negativa, não somente por parecer preconceituosa, mas também por se render a colocações vagas, sem criticidade.

O último discurso reportado no texto, por sua vez, é a da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Essa instância também traz uma voz de enunciador especialista, de autoridade. Todavia, mais uma vez, o discurso que ele reporta não é engendrado de forma assertiva ao da autora do texto, uma vez que o discurso desta reflete sobre a marginalização e as demais mazelas sofridas pelos moradores de rua, enquanto o daquela reporta um direito estipulado pelo Estado. Destarte, pela disposição textual, não há relação lógica, nem no perímetro cotextual, nem no perímetro discursivo do contexto abordado na redação, de como “o direito a [sic] moradia” inibiria esses males.

Texto 2:

Consoante ao poeta Cazuzza, “Eu vejo o futuro repetir o passado”, percebe-se que a questão dos moradores de rua no território brasileiro não é um problema atual. Desde da Lei Áurea, milhares de escravos foram libertos e sem lugar para morar, tendo que recorrer a rua como forma de escape, deixar eles em situação de vulnerabilidade. De modo semelhante, no Brasil, a questão das pessoas em situação de rua ainda é uma problemática, devendo ser discutido suas principais causas.

Em primeiro lugar, podemos destacar a precariedade de políticas públicas existentes. Se por um lado a Constituição Cidadã, de 1988, o artigo 6º, preconiza e assegura o direito à moradia e bem estar social; por outro, esses direitos são negligenciados na prática pela população, ocasionando um crescente aumento de pessoas em situação de rua, além de acarretar a vulnerabilidade social soa mesmos. Prova disso, de acordo com o G1, o número de espaços de apoio e albergues públicos não são suficientes para abrigar mais de 100 mil pessoas em situação de rua no Brasil, deixando claro o descaso da constituição.

Em segundo lugar, deixa-se avaliar o desemprego estrutural como impulsionador da problemática. Em crise nacional intensificada, uma parcela da população acaba perdendo sem emprego como decorrência, afetando a renda familiar,

não tendo condições financeiras de manter o aluguel e alimentação, tendo como solução a rua como fulga dessa realidade. De acordo como IBGE, o número de moradores de rua cresce 66% desde a crise econômica, em 2015, deixando notório o desemprego estrutural em consonância com a crise como fator de impasse.

Portanto, medidas são necessárias para a inclusão dos moradores em situação de rua no Brasil. Logo, o Governo Federal junto com os municípios, deve ampliar o número de albergues e moradias públicas, além de possuir redes de assistência social, como intuito de garantir direitos básicos como moradia, alimentação e segurança nesses espaços. Além disso, deve promover uma parceria entre empresas públicas e privadas, com a ideia de garantir contratos com essa minoria social, dando oportunidade de emprego atrelado com uma capacitação profissional, para se ingressar devidamente no mercado de trabalho.

Fonte: texto coletado pelo autor do trabalho durante as aulas do Interação.

Na segunda redação, são reportados quatro discursos de distintas instâncias enunciativas: o do cantor Cazuza, o da Constituição Cidadã, o do site G1 e do IBGE. Afora o discurso de Cazuza, os demais são feitos de forma indireta. Ao reportar o discurso do cantor (e2), o autor do texto (L1/E1) o engendra, de forma demarcada, à sua voz para salientar que “a questão dos moradores de rua no território brasileiro não é algo atual”, sendo um problema que pode ser consequência do período da escravidão do Brasil. Nesse caso, o passado ainda se repete no presente (e nas perspectivas atuais e futuristas, quando o discurso do IBGE for mobilizado), e essa situação se faz “uma problemática, devendo ser discutido [sic] suas principais causas”.

Dando continuidade ao seu texto, L1/E1 mobilizada a voz de um enunciador especialista (e3), a Constituição Cidadã. Como nem toda instância é mobilizada para concordar com o ponto de vista do autor principal (RABATEL, 2013; 2016), cremos que L1/E1 se coloca em uma posição ideológica que afronta e coloca em jogo o discurso que ele reporta. Isso porque, o discurso de e3 assegura “o direito à moradia e bem estar social”. Entretanto, como L1/E1 pontua, “esses direitos são negligenciados” e uma “prova disso” é o que e4 – outro enunciador especialista, o site G1 – tem a dizer: que o número dos albergues públicos oferecidos pelo Estado não dão conta do número das pessoas em situação de rua, “deixando claro o descaso da constituição”.

Por esse viés, o discurso do autor do texto aponta a ineficácia do que propõe o discurso do e3. Nesse sentido, é válido mencionar que, como pontuado por Volóchinov ([1929] 2017), o discurso alheio corrobora para a questão dialógica da linguagem, bem como as questões sociais ideológicas, pois, se toda palavra é resposta à outra, a de L1/E1 responde a de e3 e, ao mesmo tempo, recorre às de e4 com intuito de criar um diálogo e firmar seu ponto de vista e posição ideológica perante a quem ele está se reportando; nesse caso, ao seu leitor-avaliador. Dessa forma, mais do que diálogo entre as instâncias que ele mobiliza, L1/E1 estabelece diálogo e marca sua posição ideológica e seu ponto de vista – que apontam como o Estado tem políticas precárias – para o seu interlocutor.

Dando continuidade a seus argumentos, L1/E1 aciona e4, mais um enunciador especialista, o IBGE, para marcar outra das principais causas que têm relação com a questão dos moradores de rua: o desemprego estrutural. De tal modo, além de contribuir para a voz principal do texto, em nossa análise, a voz do e4 pode também estabelecer diálogo com a de e2, a do cantor Cazuza, para firmar o ponto de vista de L1/E1. Para nós, tal relação é possível porque – se este vê o futuro repetir o passado, e aquele mostra que “o número de moradores de rua cresce 66% desde a crise econômica” (grifo nosso), isto é, não cresceu e estagnou, mas ainda cresce – toda vulnerabilidade social aos quais escravos foram

submetidos no passado, sem casa, aparato do Estado, etc., se manterá no futuro dos moradores de rua.

Conclusões

Este trabalho estabeleceu como objetivo analisar como vestibulandos, em suas redações, utilizam o discurso alheio como recurso argumentativo e, conseqüentemente, de construção do ponto de vista. Para tanto, buscamos associar dois pilares teóricos: a questão das formas de apropriação do discurso alheio (direto, indireto), de acordo com os estudos de Valentin Volóchinov ([1929] 2017); e a questão da construção do ponto de vista, com base na teoria de Alain Rabatel (2013; 2016).

Em primeiro lugar, notamos que, de fato, mesmo que o gênero discursivo redação do Enem não tenha o discurso alheio como algo inerente à sua estrutura, os escreventes não abrem mão de utilizá-lo. No entanto, ainda que os textos analisados apresentem os mesmos recursos de utilização da voz do outro: ora de forma direta, ora de forma indireta, os alunos apresentam graus diferentes de habilidades em usar tal recurso: enquanto a aluna A, autora da primeira redação, utiliza-o de forma desarticulada do seu texto; o aluno B apresenta mais habilidade em articular a sua voz às outras vozes presentes em seu escrito.

Em segundo, embora, nos dois casos, percebamos quais posições ideológicas e argumentativas os estudantes consigam marcar ao reportar outros discursos em prol dos seus, no caso da redação do Enem, mais do que marcação dessa posição, há a necessidade de se organizar a argumentação. Nesse sentido, alguns recursos estilísticos, a estrutura e os propósitos comunicativos do gênero também têm que ser levados em conta para que a composição textual-discursiva do escrito faça sentido frente ao seu leitor.

Dessa forma, concluímos este artigo com apontamentos que mostram possibilidades associativas entre o viés teórico das questões dialógicas e discursivas da linguagem com o viés da teoria do ponto de vista. Além do mais, mencionamos que, mesmo que as questões pedagógicas não tenham sido o eixo de nossas discussões, é notório o quanto a voz do outro, enquanto recurso argumentativo da construção textual-discursiva, necessita de um melhor diálogo com as aulas de produção textual para que os alunos tenham melhor discernimento de como usar esse recurso e, de forma coerente, construir seus pontos de vista.

Referências

BAKHTIN, Ml. **Os gêneros do discurso**. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra; notas da edição russa de Serguei Botchav. São Paulo: Editora 34, [1952] 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Diretoria de Avaliação da Educação Básica. **Redação no Enem 2019**: cartilha do participante. Brasília, 2019. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2019/redacao_enem2019_cartilha_participante.pdf. Acesso em: jan. 2020.

CORTEZ, S. L. **A construção textual-discursiva do ponto de vista: vozes, referenciação e formas nominais.** 2011. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Campinas, Campinas-SP, 2011.

FARACO, C. A. Autor e autoria. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave.** – São Paulo: Contexto, 2005.

LIMA, L. M.A. de. **A proposta de redação do Enem e a apropriação do discurso de outrem nos textos dos candidatos.** 2017. Dissertação (Mestrado em Linguística), Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB, 2017.

OLIVEIRA, F. C. C. de. **Um estudo sobre a caracterização do gênero Redação do Enem.** 2016. Tese (Doutorado em Linguística). Centro de Humanidades, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, 2016.

POLACHINI, N. R. S. **Redações do Enem/2012: réplicas ativas nas múltiplas vozes.** 2014. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 2014.

PRADO, D. de F.; MORATO, Rodrigo A. A redação do Enem como gênero textual-discursivo: uma breve reflexão. **Cadernos Cespuc.** Belo Horizonte, n. 29. 2016.

RABATEL, A. O papel do enunciador na construção do interacional dos pontos de vista. In: EMEDIATO, Wander (Org.). **A construção da opinião na mídia.** Belo Horizonte: Fale/UFMG, Núcleo de Análise do Discurso, 2016.

RABATEL, A. **Homo narrans: por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa: pontos de vista e lógica da narração: teoria e análise.** Tradução de M^a das G. S. Rodrigues, Luís Passeggi, João G. da Silva Neto; revisão técnica João G. da Silva Neto. São Paulo: Cortez, 2013.

RODRIGUES, S. G. C. **Questões de dialogismo: o discurso científico, o eu os outros.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

VOLÓCHINOV, V.. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem.** Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Américo; ensaio introdutório de Sheila Grillo. São Paulo: Editora 34, [1929] 2017.